

Apresentação

Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo

Como citar: : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. Apresentação. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. i-viii. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.pi-viii>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

O presente livro foi fruto da X Jornada de Ciências Sociais: Jornada de Estudos Celso Furtado, realizada na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp em novembro de 2006. A retomada do pensamento de Furtado está colocada na ordem do dia, pois a questão do desenvolvimento volta, cada vez mais, a ocupar o centro do debate econômico, depois de mais de duas décadas de predomínio, quase que absoluto, do pensamento ortodoxo neoliberal, cuja preocupação maior reside nas questões relativas à estabilidade econômica e à abertura e desregulamentação das economias nacionais, como panacéia para todos os problemas econômicos e sociais do capitalismo globalizado.

Não por acaso as contribuições de nosso maior economista, apesar de guardarem grande atualidade, foram relegadas a um segundo plano nesse período. Ao buscar apreender as especificidades do desenvolvimento na periferia do sistema capitalista e nesse processo criar uma nova abordagem teórica para a questão do subdesenvolvimento, seu pensamento, crítico e original, é a antítese da ortodoxia neoliberal, presa aos seus esquemas teóricos extremamente abstratos, que pretensamente dariam conta de todas as realidades. Suas contribuições continuam fundamentais para a compreensão da América Latina, mas fundamentalmente do Brasil, como veremos ao longo do livro.

Furtado não se limitou a grande tarefa de apresentar uma explicação para o subdesenvolvimento brasileiro. Foi muito além disso. Sua obra não se restringiu a compreender a nossa economia. Discutiu a sociedade e a política e ofereceu com paixão propostas para os grandes problemas

nacionais. Foi um intelectual que participou ativamente da vida política brasileira, defendendo um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Desenvolvimento, democracia e igualdade social eram os pilares desse projeto. Objeto de estudo, ação política e esperanças estavam entrelaçados na vida e na obra desse “republicano exemplar”.

O livro está dividido em 11 artigos sobre os mais diferentes aspectos da obra de Furtado, compondo um painel de suas principais contribuições. No primeiro capítulo, Marina Gusmão de Mendonça discute a formação intelectual de Furtado. O artigo enfoca sua trajetória intelectual desde os primeiros anos de formação até a sua atuação como Ministro do Planejamento no governo Goulart, destacando sua participação nos debates acerca do desenvolvimento econômico nos anos 1950 e suas contribuições ao tema, que culminaram com a publicação de “Formação econômica do Brasil”. No segundo artigo, Marcos Cordeiro Pires crítica a ortodoxia neoliberal por tentar excluir o pensamento crítico e estabelecer critérios que consideram obras científicas e relevantes aquelas que, na maior parte das vezes, inclinam-se para responder as expectativas e os interesses do mercado, entidade abstrata, que parece pairar no ar. A ortodoxia neoliberal carece de uma perspectiva histórica em suas análises. Furtado, relegado por essa corrente, enfatiza justamente essa abordagem da economia. “Formação econômica do Brasil”, uma de suas maiores obras, se não a maior, seria, segundo Pires, a prova da relevância e da proficuidade da abordagem histórica para a compreensão da economia brasileira. Esta obra tornou-se um clássico da interpretação do Brasil.

Os dois artigos seguintes, escritos respectivamente por Carlos Mallorquin e Rosângela Lima Vieira, discutem o estruturalismo de Furtado. Mallorquin defende a tese segundo a qual Furtado seria o principal fundador do estruturalismo latino-americano e busca reconstruir a evolução do pensamento furtadiano e como ele criou nesse processo novos conceitos e as bases teóricas do estruturalismo, se afastando, cada vez mais, da visão neoclássica. Processo que percorreu toda a década de 1950 e culminou, nos anos 1960. Suas obras seriam a expressão maior do estruturalismo latino-americano. Vieira a partir do referencial teórico de Braudel discute o papel da história na obra de Furtado, especialmente em “Formação Econômica do Brasil”. Ela procura mostrar que o seu estruturalismo é um estruturalismo “diferenciado pela contextualização histórica” e é este o

papel da história em sua obra. Ou seja, contextualizar as estruturas e explicar as permanências dos entraves estruturais ao desenvolvimento. Sua análise histórico-estrutural procura explicar as condições de permanência do subdesenvolvimento, considerado não como uma etapa a ser cumprida, mas um estado decorrente do próprio desenvolvimento capitalista. A sua superação depende de políticas voltadas para esse objetivo.

O artigo de Vieira aponta para um dos temas centrais da obra de Furtado, que consiste na questão do subdesenvolvimento, que é tratada por um conjunto de seis artigos, escritos por Flávio Saes, Wilson Suzigan, André T. Furtado, Vera Cêpeda, Tamás Szmerecsányi e Regina Gadelha. O enfoque de Saes e Suzigan privilegia a industrialização. Saes indica que Furtado no texto “Formação econômica do Brasil” já nutria dúvidas quanto à possibilidade do Brasil superar o subdesenvolvimento, o que nos leva a matizar a leitura “desenvolvimentista” de suas obras desse período, segundo a qual industrialização se identificaria com desenvolvimento. Essa problematização da possibilidade de superação do subdesenvolvimento apareceria de forma cada vez mais forte em obras posteriores. Os países latino-americanos teriam ficado presos a armadilha do subdesenvolvimento, decorrente da incorporação pelos setores modernizados da sociedade de padrões sofisticados de consumo provenientes dos países centrais, o que implica a adoção de novas tecnologias desconectadas do nível prévio de acumulação de capital. Tecnologias capital intensivas que poupam mão-de-obra e, portanto, contribuem para manter os salários em patamares próximos ao da subsistência, dada a enorme oferta de força de trabalho. Este processo teria impedido a homogeneização social, considerada pré-requisito para a superação do subdesenvolvimento. O avanço da industrialização voltado para responder as demandas desse padrão de consumo e a instalação de empresas multinacionais reforçariam a dependência cultural e econômica e aprofundaria a tendência a concentração da renda. Teríamos modernização com industrialização, mas não desenvolvimento.

Para Saes, as experiências recentes de intenso crescimento econômico da Coreia do Sul, de Taiwan e da China indicariam que esses países estariam se desenvolvendo, pois teriam logrado, por diferentes processos históricos, a homogeneização social, que impediria a permanência de uma situação de heterogeneidade social. Também teriam logrado desenvolver um sistema

produtivo competitivo e com relativa autonomia tecnológica a partir de ampla ação estatal, que promoveu “a educação como complemento à homogeneização social promovida pela reforma agrária; depois, planos de desenvolvimento, crédito indutor de investimentos, busca de autonomia tecnológica num processo que culmina com a consolidação de economias industriais exportadoras”. A superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos exigiria adoção de políticas de desenvolvimento e criatividade cultural, que possibilitasse ultrapassar a situação de consumidores passivos de bens culturais e materiais elaborados nos países centrais e impostos pelas grandes empresas. Tarefa difícil, dada a tendência de a globalização homogeneizar padrões culturais e de consumo, o que parece dificultar sobremaneira a superação do subdesenvolvimento.

Para Suzigan, a industrialização seria considerada por Furtado “o caminho mais promissor para o desenvolvimento econômico e social”. Por isso a centralidade do tema no pensamento furtadeano. Suzigan não se detém na questão de a industrialização ser ou não capaz de promover a superação o subdesenvolvimento, discute a evolução do processo de industrialização nas economias subdesenvolvidas na visão de Furtado, que passaria por três fases, a saber: industrialização induzida pela exportação de produtos primários, industrialização via substituição de importações e industrialização por ação estatal. Furtado sublinha na análise desse processo a necessidade de não se perder de vista a inserção dos países subdesenvolvidos no sistema econômico mundial. A primeira fase, que dependia de uma série de determinações, como a natureza do produto exportado, seu impacto na distribuição da renda e seu efeito estimulante sobre a expansão da infra-estrutura e de outros setores da economia, abriria pouco espaço para o desenvolvimento industrial, que permaneceria subordinado a dinâmica do setor exportador e incapaz de diversificar de maneira abrangente a economia. A crise de 1929 abriu uma nova fase ao romper com a antiga divisão do trabalho e ao abrir novas possibilidades de expansão da indústria, que passaria a ser o setor dinâmico da economia, embora ainda dependente da capacidade de importar gerada pelas exportações em um contexto de carência de capitais externos. A falta de dinamismo exportador estabeleceria limites à industrialização substitutiva de importações, que teria se esgotado na década de 1950. Sua incapacidade de aprofundar a diversificação da economia teria induzido a ação do Estado

como fomentador do processo. Mas o problema central reside na absorção de padrões de consumo dos países centrais, que induziria a adoção de tecnologias incompatíveis com o nível de acumulação de capital e de abundância de mão-de-obra. A industrialização teria assim adquirido “a conotação de mera ‘descentralização’ geográfica de atividades manufatureiras” ao não possibilitar autonomia para criar tecnologia e produtos. Dessa forma, o processo de industrialização seria sobretudo uma adaptação as transformações estruturais dos países centrais e não representariam superação da situação de dominação e dependência, que só poderiam ser rompidas por ampla e incisiva ação estatal em prol do desenvolvimento.

André T. Furtado aborda em seu artigo o papel do progresso técnico no pensamento furtadiano. Seguindo os passos de Prebisch, Furtado consideraria central a questão da produção e difusão do progresso técnico na conformação centro/periferia do sistema capitalista, assim como para a compreensão do subdesenvolvimento. André discute a questão da dinâmica do progresso técnico nas diferentes fases das economias da América Latina. O subdesenvolvimento não seria uma mera fase transitória de um processo evolutivo, que culminaria no pleno desenvolvimento econômico e social, desde que as políticas econômicas consideradas corretas fossem adotadas. O subdesenvolvimento é uma situação perene. A forma como o progresso técnico penetra nas economias subdesenvolvidas é fundamental para entender porque elas permanecem nessa condição. Na fase primário-exportadora, os países têm ganhos de produtividade estáticos, fruto de suas vantagens comparativas e da expansão do setor exportador. Porém, a heterogeneidade estrutural, que caracteriza o subdesenvolvimento, permanece intocada. No período de industrialização, particularmente na fase de expansão das grandes empresas multinacionais, as economias periféricas a partir da crescente imposição dessas empresas continuam incorporando os padrões de consumo dos países centrais e passam a adotar tecnologias capital intensivas e poupadoras de mão-de-obra. Isto bloqueia a absorção do grosso da população no setor dinâmico da economia e, dessa maneira, impede a eliminação da heterogeneidade estrutural e, portanto, do subdesenvolvimento.

Vera Cepêda aborda em seu artigo o lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Furtado. Depois de discutir as

influências sofridas por Furtado, em especial a de Mannheim, e a noção de subdesenvolvimento, concebida não como estágio a ser percorrido, mas como processo que se recoloca como em um círculo vicioso, Cepêda enfatiza a concepção furtadiana segundo a qual o homem pode ter uma ação racional na história, compreendendo o mundo e procurando mudá-lo. Os intelectuais teriam papel chave nesse processo, pois teriam a capacidade de sintetizar os projetos dos diferentes grupos sociais, evitando o esgarçamento da sociedade. O desenvolvimento planejado, levado a cabo pelo Estado na tentativa de superar o subdesenvolvimento, seria a principal forma de ação racional na história. Pelos mecanismos de mercado os países subdesenvolvidos não conseguiriam superar o atraso. O Estado pairaria acima dos interesses particulares e operaria conforme o interesse público. O enorme peso conferido ao Estado não levou Furtado para concepções autoritárias, bastante comuns no pensamento social brasileiro do século XX, que concebem o Estado como o demiurgo da sociedade. O projeto de Furtado é democrático. A democracia é fundamental para o controle do desenvolvimento planejado. O próprio desenvolvimento requer a democracia e o conflito social.

Completando a discussão sobre o desenvolvimento, os artigos de Tamás Szmercsányi e Regina Gadelha tratam respectivamente da questão agrária na teoria do desenvolvimento econômico de Furtado e da questão regional. Szmercsányi reconstrói as reflexões de Furtado sobre a estrutura agrária do país desde sua tese de doutorado defendida na Universidade de Paris em 1948 até suas últimas obras, indicando as suas contribuições e insuficiências. A estrutura agrária tem que ser concebida como uma totalidade histórica. A superação do subdesenvolvimento implica alterar profundamente as estruturas agrárias dos países periféricos, levando em conta suas especificidades regionais e não apenas resultaria da expansão industrial. A manutenção da estrutura agrária, centrada no binômio latifúndio/minifúndio, se por um lado não representou um obstáculo ao processo de industrialização do país, como reconhecia Furtado, implicava em um uso extensivo e predatório dos recursos naturais, baixos níveis de produtividade e aumento da concentração de renda, impondo limites a sustentação do desenvolvimento ao longo do tempo. Daí a necessidade de uma reestruturação fundiária, segundo Furtado, que possibilitasse elevar os níveis de eficiência da agricultura e criasse condições mais favoráveis

para a ocupação de parcela do excedente estrutural de mão-de-obra e a desconcentração da renda. A releitura de Tamás das obras de Furtado busca mostrar como as reflexões furtadianas sobre a questão agrária constituem um corpo de formulações originais e que guarda grande atualidade.

O texto de Regina Gadelha discute as posições de Furtado sobre a questão do atraso do Nordeste. O desenvolvimento implicava elevação do nível de vida do conjunto da nação e necessitava de ampla ação estatal para ser alcançado. Nos anos 1950, apesar do avanço da industrialização, o agravamento das desigualdades regionais, tanto em termos sociais quanto econômicos, devia-se justamente a falta de uma política de desenvolvimento, que alterasse a inserção da economia nordestina como periferia dos centros dinâmicos da economia nacional. Desde o aprofundamento da crise do mercado internacional do açúcar, datada do final do século XIX e início do XX, a produção nordestina vinha sobrevivendo graças ao mercado interno gerado pela economia cafeeira e depois pela industrialização. Processo que também tinha beneficiado as economias regionais do norte e do sul do país. Dessa forma, o desenvolvimento brasileiro reproduziria o esquema de dominação centro-periferia que caracterizava a economia mundial. Daí a luta de Furtado para a criação da SUDENE, um órgão de planificação da economia regional, que na sua concepção deveria ter amplos poderes para poder efetivamente alterar as arcaicas estruturas do nordeste brasileiro, em particular a estrutura agrária, herdada do período colonial e maior responsável por suas mazelas. No entanto, depois do golpe de 1964, a SUDENE foi esvaziada, perdendo a capacidade de ampla atuação para transformar as estruturas sócio-econômicas do nordeste. Ao tratar o problema regional a partir de uma visão estrutural do desenvolvimento do conjunto da economia brasileira, Furtado teria sido um pioneiro no tratamento dessa temática.

Um segundo artigo de Carlos Mallorquin, intitulado “La nación interrumpida: Celso Furtado”, fecha a coletânea. Nesse artigo, o autor aborda a longa trajetória das reflexões de Furtado sobre a construção da nação brasileira. A nação para Furtado não é algo dado. Não se reduz a uma entidade definida por um arcabouço institucional e/ou pela ocupação de determinado território por um povo. A nação é um processo em construção, centrado, em grande medida, no desenvolvimento

socioeconômico. Nas obras dos anos 1950, Furtado via com otimismo esse processo. O Brasil caminhava na direção do desenvolvimento. Os obstáculos não eram de monta, embora tivesse consciência dos desequilíbrios aprofundados pelo próprio avanço da industrialização, particularmente a concentração da renda e os desequilíbrios regionais. No início da década de 1960, a intensificação das lutas pelo desenvolvimento e a deterioração da situação política e econômica, levam Furtado a ressaltar os obstáculos e as necessidades de reformas de base para superá-los. É o momento da ação em prol das transformações estruturais da sociedade brasileira. O golpe militar de 1964 marca uma ruptura com o passado. Furtado torna-se mais pessimista quanto à possibilidade do país desenvolver-se. A construção da nação parecia interrompida. Nessa fase, Furtado dedica-se a refletir sobre as razões do fracasso das reformas e abre seu leque de interesses para outros temas. De volta ao Brasil nos anos 1980, retoma a partir de uma abordagem estruturalista os temas da soberania nacional e da necessidade de um desenvolvimento “autocentrado”. Ao mesmo tempo, Furtado preocupa-se cada vez mais com as transformações em curso na economia mundial lideradas pelas grandes empresas, que acabariam desembocando na chamada globalização, que tendia a colocar em questão as economias nacionais e, portanto, a tornar muito mais complexo o processo de construção da nação e os caminhos do desenvolvimento.

Francisco Luiz Corsi¹

José Marangoni Camargo²

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - *campus* de Marília.

² Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - *campus* de Marília.